



STATISTICS
DENMARK



Statistics Norway
Statistisk sentralbyrå



Statistiska centralbyrån
Statistics Sweden

MZ:2005:10

**RELATORIO DA CONSULTORIA REALIZADA NO INSTITUTO NACIONAL
DE ESTATISTICA, DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAIS,
MOZAMBIQUE**

Relatorio duma missão de corto prazo 18 April – 06 May 2005

TA for the Scandinavian Support Program to Strengthen the
Institutional Capacity of the National Statistics, Mozambique

Antonio H. Lazo



Instituto Nacional de Estatística

Ref. no. 104.Moz.98

May 2005

**MISSÃO DE CONSULTORIA NO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA,
DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAIS E ESTUDOS ECONÓMICOS,
MOÇAMBIQUE.**

0. RESUMO EXECUTIVO

Este é o resumo dum relatório mais extenso e contém os factos de maior relevância da missão de três semanas realizada no Departamento de Contas Nacionais de Moçambique.

0.1. OS TERMOS DE REFERENCIA

Os objectivos, resultados esperados e as tarefas a executar estão orientados na assistência das Contas Nacionais de Moçambique, na integração das contas nacionais para os períodos 1998 e 1999; na assistência para a preparação duma versão reduzida das contas dos principais sectores institucionais para os anos 2000 – 2002; assistir na revisão e geração das contas de produção por indústrias para os períodos 1998 – 2002; dar recomendações para a preparação da segunda edição das contas nacionais e simultaneamente transferir os conhecimentos e experiências a os técnicos do departamento de Contas Nacionais no processo de reconciliação e integração das contas nacionais de Moçambique.

0.2. RESULTADOS E O REALIZAÇÃO ESPERADA

1. Tabelas completas do Sistema de Contas Nacionais (SCN), Quadros de oferta e procura (QRE); Tabelas cruzadas sector institucional – actividade económica (CCRASI) e Contas económicas integradas (QEI) para 1998 e 1999 foram elaboradas e estão prontas para sua elaboração;
2. Contas dos sectores institucionais, estão em processo elaboração para os períodos 2000 – 2003 contas do Governo, do sector financeiro para o sector bancário e seguros. O sector resto do mundo esta a espera dos dados da balança de pagamentos (2000-2002). A conta do sector não financeiro para o ano 2000 esta no processo de verificação de consistência interna. Os dados para o ano 2001 e 2002, ainda não foram avaliados.
3. As contas de produção das indústrias a preços correntes e constantes ano base 1996, períodos 1998 — 1999 estão prontos para sua publicação como versão final depois do processo de integração. Para os anos 2000-2003, foi analisado a compilação dos equilíbrios por produto para verificar a sua consistência. Foram identificados e corrigidas algumas fortes distorções muitos deles introduzidos pelos próprios técnicos no processo por compilação para o cálculo anual. Com o propósito de melhorar o processo de verificação foi aperfeiçoado as tabelas de análise, para identificar os valores perturbadores mais significativos. Na metade do missão esta actividade foi decidido como prioridade com a finalidade de aperfeiçoar o cálculo do Produto Interno

Bruto para sua apresentação no FMI na sua visita de avaliação periódica.

4. Elaboração das Matrizes de Operações para 1998 – 2002, não foi realizado. Como esta tarefa está entre as últimas tarefas no processo de integração e muitos outros a realizar-se antes desta etapa.
5. O processo de formação para os técnicos do departamento de Contas Nacionais foi permanente no desenvolvimento de toda a missão. Ao menos três técnicos assistiram no processo de reconciliação e integração. Alguns dos problemas foram resolvidos directamente por eles.
6. Recomendações para a publicação duma nova versão das Contas Nacionais com os dados actualizados: foram identificados os procedimentos e macros (em EXCEL) os quais precisam de ser actualizados com os novos dados.

RELATÓRIO TÉCNICO DA MISSÃO

1. TERMOS DE REFERÊNCIA DA CONSULTORIA:

1.1. OBJECTIVOS DA MISSÃO:

1. Ajudar na conclusão da compilação e geração das tabelas básicas SCN para os anos 1998 e 1999;
2. Ajudar na revisão e geração de contas de ramo de actividade (contas de produção), para os anos 1998 a 2002.
3. Ajudar na geração de um conjunto de matrizes de operação simplificados para os períodos 1998 — 2002
4. Dar orientação no que será a 2ª publicação especial das Contas Nacionais.

1.2. RESULTADOS ESPERADOS:

1. Tabelas completas do SCN (QRE, QEI e CRASI) para os períodos 1998 e 1999;
2. Contas de sectores institucionais simplificadas para o período 2000 — 2002
3. Contas de Produção para os ramos de actividades a preços correntes e constantes de 1996 para os períodos 1998 — 2002;
4. Matrizes de operação simplificados para os períodos 1998 — 2002;
5. Formação ao pessoal de Contas Nacionais no processo de reconciliação e integração;
6. Orientação na publicação de Contas Nacionais

2. MARCO GERAL:

Em concordância os objectivos dos termos de referência (TOR) sobre os resultados esperados, o relatório terão duas partes: a primeira, a descrição do processo de reconciliação e integração 1998-1999 (a); a segunda parte a descrição dos resultados dos itens (2, 3, 4) e finalmente uma terceira sobre as orientações da publicação.

2.1. ANTECEDENTES:

Como resultado do **Projecto PNUD Moz97/012** do ano 1997 para a implementação da revisão 1993 do SNA de Nações Unidas para as Contas Nacionais de Moçambique, foi publicado os resultados das Contas Nacionais, o sistema completo para os anos 1998-1999 (contas de actividades económicas, sectores institucionais e quadros integrados) e as tabelas das contas produção e de exploração de actividades económicas, 1996-2000.

No processo de implementação do novo ano base das Contas Nacionais para o ano 2003, é preciso concluir com a integração das contas para o período 1998-2002, que sirva de referência ao novo ano base. Pela brevidade da missão nesta oportunidade só está previsto a conclusão dos anos 1998-1999. Referência importante para o procedimento de integração e reconciliação e o relatório sobre a documentação da elaboração das Contas Nacionais elaborado na missão de Julho de 2003, onde se descreve o processo progressivo de elaboração das contas, o conteúdo dos principais ficheiros e as suas inter relações. Inclui-se uma descrição do processo de integração que deve ser utilizado como referência.

Um facto importante a ter em consideração em todo o processo das contas nacionais são as mudanças que acontecem por causas próprias institucionais e externas a instituição. Nas causas internas estão os câmbios repentinos na produção de dados básicos, isto pelos câmbios nos formulários de recolha de dados que pode justifica-lo, mais também nos câmbios de procedimentos no tratamento da informação com diferentes formatos de saída, quebrando a continuidade dum apresentação estabelecida e utilizada. Nas causas externas, a aplicação de novos verbetes (comércio externo), classificações ou planos de contabilidade (bancos incluindo o Banco Central, seguros, governo) determinam que os procedimentos dum período não sejam completamente aplicáveis para o período a seguir.

2.2. O PROCESSO DE RECONCILIAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS:

“As contas económicas integradas constituem o nó central do SCN, oferecendo uma visão de conjunto de uma economia... Estas contas estão estruturadas em três subconjuntos: contas correntes, contas de acumulação e contas de património. As contas correntes registam a produção e a distribuição e redistribuição do rendimento, mostrando como é utilizado o rendimento disponível para consumo final e concluindo com a poupança. As contas de acumulação registam todas as alterações nos activos e passivos, e, conseqüentemente, todas as alterações na diferença entre activos e passivos— ou seja, o valor líquido do património — ocorridas num dado período. As contas de património registam as existências de activos e passivos, e as suas diferenças, no início e no fim de um exercício contabilístico. Existe também uma coluna para o resto do mundo”.

Do ponto de vista operativo a integração das Contas Nacionais consiste em elaborar o Quadro Económico Integrado (QEI)¹, para cada ano. Neste quadro se incorporam os dados das contas de bens e serviços e as contas dos sectores institucionais sem mostrar discrepâncias estatísticas nos fluxos registados ou mostrando o mínimo valor de discrepância.

Como requisito prévio da integração é necessário dispor das contas de bens e serviços elaborados de forma mais consistente possível, as contas dos

¹ Referida como Conta Económica Integrada no Sistema de Contas Nacionais, tradução ao Português.

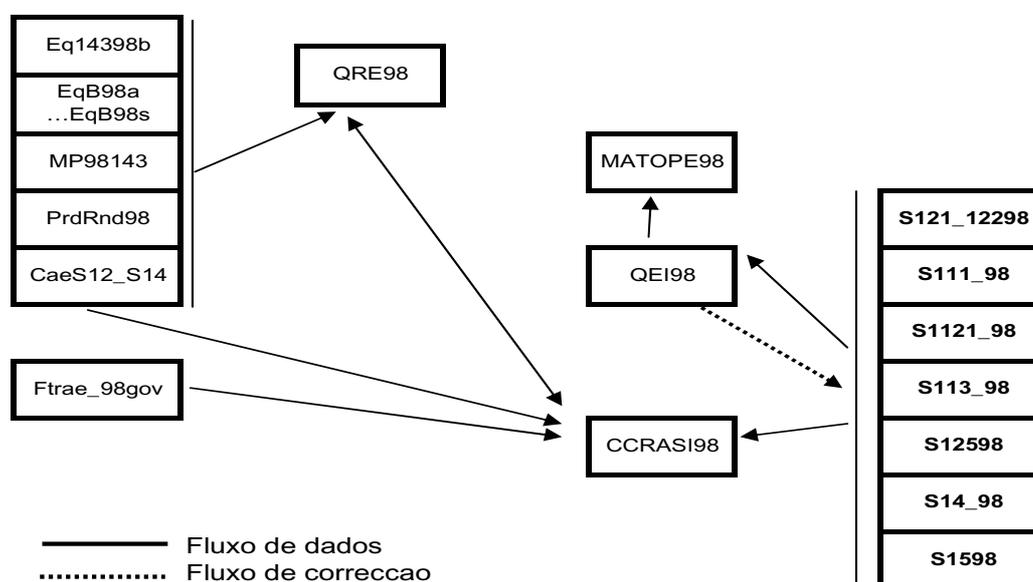
sectores institucionais igualmente consistentes.

1.1.1 O QUADRO ECONÓMICO INTEGRADO:

O decurso dos dados para chegar ao QEI está descrito na Figura 1.

Segundo o sistema de elaboração das contas nacionais em Moçambique, determinado pela disponibilidade de informação, está se iniciar a análise dos bens e serviços, a partir do qual se constrói as contas de produção e exploração das actividades económicas. Aqui se registam os fluxos de bens e serviços, elaborando o balanço de oferta-procura dos produtos que se centralizam nos quadros do ficheiro EQ14398b; a soma dos produtos típicos define a actividade económica, que são organizados no ficheiro PrdRnd98, onde se registam os elementos da conta de produção, também os elementos da conta de exploração.

Figura 1: SEQUÊNCIA DE FICHEIROS NA ELABORAÇÃO DA COMPILAÇÃO DAS CONTAS DE INTEGRAÇÃO



1.1.2 A RECONCILIAÇÃO ACTIVIDADE ECONOMICA – SECTOR INSTITUCIONAL

O quadro de recursos e empregos (QRE) é a tabela que arruma informação por produtos desde a Matriz de Produção para a análise da produção e por outro lado para preparar os dados para reconciliação Actividade Económica -Sector Institucional, processo no qual se prevê verificar a ausência de discrepâncias estatísticas na conta de produção e a conta de exploração. A situação do momento onde os resultados das contas dos sectores institucionais não é elaborado atempadamente (pela não disponibilidade de dados básicos), determina de facto que nos cálculos do fluxo de bens e serviços e actividades

económicas se apresente distorções em comparação com os valores reais registados nos questionários dos inquéritos anuais que são centralizados posteriormente.

Na comparação actividades económicas – sectores institucionais, estes últimos tem maior fiabilidade considerando que os dados contabilísticos têm uma melhor consistência desde que o principio do processamento da informação das unidades institucionais e a segurar-se a consistência contabilística entre os registos das transacções correntes (não financeiras) e financeiras. A primeira verificação e a igualdade dos lucros do período, que tanto na Demonstração de Resultados como no Balanço, devem ser iguais. Por cada tipo de informação institucional foram desenvolvidos processos de verificação da coerência interna da informação e sua correspondência ao esquema das contas nacionais.

A análise interna procura primeiro por cada empresa, no caso das unidades informantes do sector não financeiro, nas colunas A-U, se apresentam os dados e as equações ou relacionamentos de verificação.

A partir dos dados de resultados do exercício (lucros ou perdas), somando ou subtraindo registos contabilísticos que não são considerados nas contas nacionais determina-se a poupança “dos dados básicos”. Este valor se compara com aquele que se obtêm do esquema das contas nacionais, coluna “Z”. A igualdade significa que, a passagem dos dados da contabilidade ao esquema das contas foi completa².

Previamente cada uma destas unidades foi classificada por um sub sector institucional (Público S111, Privado Grande S1121, Resto S1122, De controle estrangeiro S113) e por classe de actividade económica (CAE, R.01, R.02...) utilizado para a compilação.

Por cada sub sector institucional se tem um ficheiro com três folhas de trabalho. A primeira, por exemplo, S111 consolida as transacções das unidades do sub sector no formato das contas nacionais. Esta folha é a fonte imediata que fornece de informação para o Quadro Económico Integrado (QEI). Outra folha CSI mostra por cada unidade empresarial os dados no esquema do SCN em colunas continuas, com um total nas colunas iniciais C-D, dos quais a folha S111 obtêm os dados. Uma folha CTP, que centraliza os dados da conta de produção e conta de exploração, agrupado por CAE e cujos dados estão ligados a fonte básica de dados. Nesta folha por cada variável há uma verificação do total.

No caso dos sectores Financeiro, (bancos e seguros), Governo e Resto do Mundo, para o ano base 1996 foram desenvolvidos folhas de análise e verificação dos dados e a passagem para as contas nacionais. Mas estas converteram-se em obsoletas quando a apresentação dos dados foram mudando por cada um destes sectores. Foram incorporados novos planos contabilísticos para os bancos e seguros, a fonte original de dados do Governo, Execução do Orçamento do Estado não seguia um padrão fixo cada ano ou que fazia impossível desenvolver um esquema fixo de análise e finalmente a balança de pagamentos mudava cada ano e apartir de 2003

² No Hand Book preparado no ano 2000, se desenvolve de maneira detalhada este processo de análise e verificação.

incorpora o esquema do Manual V do Fundo Monetário Internacional.

De facto este procedimento de análise de consistência dos dados e verificação da passagem ao esquema do SCN requer em princípio conhecimentos básicos teóricos dos processo contabilísticos em geral e a contabilidade do sector em particular.

Portanto, os dados do fluxo de bens e serviços e os dados dos sectores institucionais são consistentes dentro da dimensão de análise possível de cada um deles. Os resultados mais fiáveis são dos sectores institucionais.

O eixo conceptual da análise Sector Institucional – Actividade Económica, é verificar a coerência do cálculo dos elementos da conta de produção e de exploração por actividade económica. Na tabela CRASI, o valor total da variável por cada actividade económica é a soma dos valores fornecidas pelos sectores institucionais.

As variáveis que se analisam são: Produção, Consumo intermédio, remunerações, impostos aos produtos, impostos à produção, subsídios aos produtos, subsídios à produção, consumo de capital fixo. Os saldos Valor acrescentado, rendimento misto e Excedente de exploração, se obtém directamente na tabela e compara-se também com os resultados das outras duas fontes.

As contas dos bens e serviços se compilam nos ficheiros (para o ano 1998):

Eq14398b: Arruma os equilíbrios por produtos

QRE: Centraliza os dados de oferta e utilização a nível de produtos e actividades económicas, separando as actividades mercantis, não mercantis e as outras actividades.

PrdRnd98: Centraliza a nível de actividade económica os dados da conta produção e os elementos da conta de exploração.

CaeS12_S14: Organiza os dados do QRE por sectores de actividades mercantis, para consumo próprio e outra produção. A partir de 1999, esta tabela se omite, no seu lugar os dados são organizados no PrdRnd.

As contas dos sectores institucionais são centralizadas no QEI, estas fornecem os dados ao CCRASI.

Por definição, por exemplo para a produção duma CAE:

$$P_{caeR.01} = P_{caeR.01 S111} + P_{caeR.01 S1121} + P_{caeR.01 S1122} + P_{caeR.01 S113} + P_{caeR.01 S121} + P_{caeR.01 S122} + P_{caeR.01 S125} + P_{caeR.01 S13} + P_{caeR.01 S14} + P_{caeR.01 S15}$$

Quando são disponíveis dados directos ou indirectos do universo, ou valor por CAE se obtém por agregação. Mas, no caso de Moçambique só se tem informação directa do universo de algumas actividades (sector financeiro, governo e resto do mundo), a única informação disponível para o universo das outras actividades são os resultados obtidos no processo de cálculo do PIB.

As contas dos sectores institucionais dos sectores financeiro, governo e resto do mundo se elaboram com informação directa, as contas dos sectores institucionais para os sectores sociedades não financeiras grandes e as

sociedades não financeiras de controle estrangeiro, as contas também são elaboradas com a informação obtida para o período, sem nenhuma expansão. Não sempre se tem uma amostra “comum” (empresas que respondem simultaneamente em períodos contínuos), o processo de recolha e ainda deficiente e não permite dispor de informação contínua das empresas.

Este facto determina que as análises se orienta principalmente a verificar que os cálculos realizados para as actividades económicas não apresentam incoerências significativas e visíveis.

Por cada variável a tabela esta organizada no mesmo sentido, por exemplo para o caso da produção (CAE R.01):

$$P_{\text{caeR.01 S1122}} = P_{\text{caeR.01 QRE}} - (P_{\text{caeR.01 S111}} + P_{\text{caeR.01 S1121}} + P_{\text{caeR.01 S113}} + P_{\text{caeR.01 S121}} + P_{\text{caeR.01 S122}} + P_{\text{caeR.01 S125}} + P_{\text{caeR.01 S13}} + P_{\text{caeR.01 S14}} + P_{\text{caeR.01 S15}})$$

Como não a cálculo para as variáveis do Sub sector Sociedades não financeiras privadas “Resto” não existe um cálculo, este obtemos por diferença, a partir dos dados do QRE (linha Total da economia QRE), diminuindo os valores registados nos outros sectores e sub sectores.

A linha Total da economia, é a soma dos registos a partir das contas dos sectores institucionais e o resultado obtido para o subsector S1122. A linha Discrepância Estatística QEI – QRE em 1999, indica a diferença de valores obtidos em ambas dimensões (Bens e serviços e sectores institucionais).

Como a linha que corresponde ao sub sector S1122, os valores que aparecem devem ser i) positivos ou ii) aparecer só onde existe produção que corresponde ao ramo. Assim, um valor negativo significa que a produção registada no QRE está subestimada, e a soma dos outros sectores calculadas com informação directa chegam a valores superiores portanto, é negativo para o S1122. Por outro lado, um valor positivo na linha de discrepância significa que os valores do QRE são inferiores aos valores dos sectores institucionais. Em ambos casos é preciso corrigir os dados do cálculo pelo lado dos Equilíbrios dos produtos. Quando a discrepância tem valor positivo devem também ser corrigidos os cálculos pelo lado dos bens e serviços.

Na análise deve considerar-se que há actividades desenvolvidas quase de maneira exclusiva. Os serviços financeiros e de seguros e do governo, na pratica são actividades que outros sectores institucionais não o desenvolvem, portanto, não devem registar valores nas variáveis destes ramos. Também actividades como transporte aéreo, comunicações e ultimamente refinaria de alumínio são actividades de tipo monopolístico e só devem apresentar registos nas células que intersectam o sector institucional que corresponde com a CAE.

No lado direito da tabela, também há uma coluna de discrepância estatística, que regista a diferença entre os dados das contas dos ramos agregadas em sectores institucionais (col. BH) e a conta do sector institucional registado no QEI (col. BI). Os valores positivos ou negativos mostrados nesta coluna significam que os totais dos valores por CAE comparados com os valores do sector institucional onde estão inseridos não são consistentes, então deve verificar-se os componentes de cada sector a nível de cada ramo, primeiro e depois a nível de cada empresa.

Com a finalidade de orientar melhor a análise, no CCRASI 1999 para algumas posições onde por lógica não devia existir registos, por exemplo produção de Transporte aéreo, Comunicações ou Seguros pelo sector S1122, substitui-se a fórmula de diferença por um valor “0”, de maneiras que as discrepâncias estatísticas apareceram na linha de discrepâncias.

Quando se identificam discrepâncias estatísticas, tem de corrigir-se na sua maioria dos casos nos registos das actividades económicas. No caso da produção a correcção tem de iniciar-se nos equilíbrios por produtos, isto significa que se as correcções são significativas pode afectar o nível do PIB anteriormente calculado com os dados básicos do fluxo de bens.

A verificação deve se fazer de maneira sistemática por cada uma das variáveis. Deve resolver-se também por cada variável, pois em alguns casos como a produção, o seu nível influi nos valores de consumo intermédio, impostos e consumo de capital fixo.

ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DA CONTA DE EXPLORAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO CRUZADA RAMO DE ACTIVIDADE (ECONÓMICA) – SECTOR INSTITUCIONAL (CCRASI)

O exame de consistência dos dados iniciou-se com as tabelas do ficheiro CCRASI 98. Os problemas neste exame foram as discrepâncias de produção nas actividades nas sociedades públicas (S111), o Transporte Aéreo (R.115), Outras Sociedades de Depósitos (S12298) de Empresas de Seguros e Instituições Financeiras (S125 98), observou-se também discrepâncias no consumo intermédio.

Foram identificados os casos onde durante o ano 1998 e 1999 as unidades económicas registadas pelas actividades económicas devem coincidir com os dados registados a nível de sector institucional, **Tabela 1: Actividades Económicas – Sector Institucional comparáveis**. No processo de centralização da informação devem-se fazer os máximos esforços para obter os dados a nível do sector institucional o qual evitaria criar discrepâncias no momento de realizar os cálculos para a obtenção do PIB e depois fazer as correcções.

No caso do transporte Aéreo, é um caso típico. Para o ano 1998 só se tinha uma empresa na actividade, portanto os valores em todas as categorias de comparação deviam coincidir, mas na tabela claramente existia uma sobre estimação pelo lado da actividade económica (método de cálculo da produção é $V98 = V98 * IQ99/98 * IP99/98$) que podia ser causado pelo índice de volume (IQ) ou o índice de preços (IP).

Método de cálculo do fluxo de bens e serviços:

- (1) Valor corrente do período = Quantidade x preço unitário
- (2) Valor corrente do período = Valor período anterior x índice de volume x índice de preços

Os problemas observados nas Sociedades de depósito (S121) e nas Empresas

de seguros (S125) foram causados pelos diferentes dados processados em diferentes momentos de cálculo. A informação estatística de base incorporada nos relatórios sectoriais apresentará inicialmente dados que não coincidem com a informação obtida para o cálculo das contas do sector institucional.

Tabela 1: Actividades Económicas – Sector Institucional comparáveis

Código Actividade Económica	DESCRIÇÃO	Sector Institucional
R.061	Electricidade	S111
R.062	Água	S111
R.111	Ferrovial	S111
R.112	Rodoviário	S111
R.103	Oleodutos	S111
R.115	Aéreo	S111
R.117	Comunicações	S111
R.121	Actividades de Intermediação financeira	S121-122
R.122	Seguros e fundos de pensões	S125
R.14	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	S113
R.15	Educação	S113
R.161	Saúde	S113
R.162	Ação social	S113

O CONSUMO INTERMÉDIO:

Segundo a metodologia de cálculo para a medição do PIB, o valor do consumo intermédio (CI) por categoria do CAE a preços correntes é obtido a partir do valor do consumo intermédio do ano anterior, multiplicando pelo índice de volume (IQ) da produção do período respeito do ano anterior (n) e pelo índice de preços (IP) do período respeito o anterior:

$$CI_{nCAE} = CI_{n-1} * IQ_{PCAEn} * IP_{CI CAEn}$$

Em princípio, o índice de volume é uma aproximação dum amostra e o índice de preços e também aproximativo, portanto os cálculos são aproximativos e pelo contrário os dados dos sectores institucionais são valores exactos.

As discrepâncias só são visíveis quando os valores na linha do S1122 são negativos, muito pequenos ou muito grandes. Também quando a linha de discrepância estatística mostra valores, quando não devia mostrar nenhum valor.

AS REMUNERAÇÕES

As remunerações para o ano 1998 foram calculadas baseado nos inquéritos de força de trabalho e salários, para 1999 o inquérito foi interrompido.

Para 1998 as discrepâncias estatísticas foram verificadas, se introduziram os valores dos sectores institucionais identificadas como comparáveis na actividade económica — sector institucional. Pelo lado dos sectores institucionais, Sociedades Públicas S11 foram identificadas remunerações

negativas como consequência de ajustamentos errados na verificação das Contribuições sociais imputadas dos empregadores (D.122), onde:

Nos fundos próprios do passivo do balanço, o fluxo positivo dum ano a outro dos Fundos sociais dos trabalhadores reflectem que houveram recursos que passaram a nome dos trabalhadores e que devia tratar-se como aumento das contribuições sociais. Este valor deve estar registado nas transacções correntes, algumas empresas registam em categorias específicas, as demais em outras categorias de maneira implícita.

As remunerações que correspondem as actividades económicas de 1999 não estavam calculadas, não se dispunha de informação sobre ocupação, nem do comportamento das remunerações.

Uma estimativa para pessoal ocupado foi realizada, considerando o comportamento da produção a preços constantes a nível de CAE como indicador de referência. Do índice anual foi calculado a raiz quadrada como indicador de provável evolução da ocupação; este indicador diminui a intensidade do acréscimo e também dum queda. Para as actividades extractivas da agricultura foi considerado o crescimento da população.

Para as remunerações médias por trabalhador, das remunerações mínimas determinadas pelo governo para o nível mais baixo da escala salarial dos trabalhadores do sector, calculou-se a variação anual (Abril 1999/Abril 1998), se assume que este índice é representativo da economia no geral. No caso das actividades económicas – sectores institucionais singulares foi introduzido a informação registada na conta institucional.

OS IMPOSTOS

Até 1998 os impostos aos produtos estavam identificados como impostos de circulação e impostos ao consumo.

Em 1999 além dos impostos a circulação que é geral para todos os produtos comercializados no mercado a excepção dos produtos agrícolas, aparece o IVA (Impostos ao valor acrescentado) e uma desagregação especial dos impostos de consumo.

O cálculo desde no ano base tem estado baseado no pressuposto que estes impostos são pagos só pelas sociedades, mas não pelas unidades económicas do sector familiar. Neste sentido o valor dos impostos de circulação (imposto aos produtos D.214 e a produção D.29) são distribuídos de maneira proporcional as vendas por CAE.

Quando se apresentam casos onde se registam pagamentos de impostos, a distribuição é realizada proporcionalmente as vendas das unidades que não registam pagamento de imposto, numa folha especial onde por fórmula se distingue os casos onde uma actividade verifica algum valor registado.

Não é fácil distribuir os impostos que na fonte de dados informam como imposto por consumo de produtos importados. Para isto se precisa procurar os dados na própria fonte, isto na Direcção de Impostos no Ministério das Finanças.

Um problema adicional se apresenta nos anos a seguir. O Imposto ao Valor

Acrescentado (IVA) substitui ao imposto de circulação. No caso do imposto de circulação, em alguns casos estes, no ano base, estavam registados dentro do valor de produção.

No caso do IVA, a sua arrecadação não tem de ser registada na contabilidade como um fluxo da unidade produtiva. Só causa um registo quando se gera uma dívida pela transferência tardia do estabelecimento aos cofres do Governo. Por tanto, para os anos onde se aplica o IVA, este valor deve acrescentar o valor da produção do produto; o seu efeito no valor acrescentado, não deve diminuir o excedente bruto como é o tratamento normal com o imposto de circulação.

OS SUBSÍDIOS:

A política de subsídios do Governo não é permanente, muda dum período a outro, os beneficiários destes recursos não são os mesmos. Isto cria a necessidade de procurar os registos que identifiquem os produtos e actividades económicas que participam.

Para os últimos anos, a maior parte do subsidio tem sido orientado às actividades económicas. O mais significativo é o subsídio às empresas de rádio e televisão, cujos respectivos registos não se detalham especificamente na Conta Geral do Governo. O financiamento destes subsídios podia estar registado como receitas consignadas e as despesas como transferências, por outro lado, também é possível que não estejam registados dentro do orçamento desde que a arrecadação se faz sobre produtos (uso de rádio nos automóveis) e serviços específicos (uma taxa nas facturas de electricidade).

Para os períodos a seguir, para algumas transacções específicas como este e preciso conhecer as modalidades de arrecadação dos recursos e depois as modalidades como se realiza o fluxo.

RECONCILIAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE DISTRIBUIÇÃO:

Nas tabelas do CCRASI são reconciliados as operações que correspondem as contas de produção e de exploração. É preciso resolver os problemas de discrepância estatística das operações que correspondem as outras contas de distribuição³ e finalmente a Conta de capital.

A tabela QEI incorpora de maneira resumida os registos das contas de todos os sectores institucionais e os dados dos bens e serviços da oferta e demanda global, neste quadro se incorporam os fluxos económicos mais importantes classificados segundo a nomenclatura do SCN.

Durante o processo de integração fornece de valores comparativos do total da economia para a tabela classificação cruzada ramos de actividade e sectores institucionais (CCRASI) que verifica a coerência registada nas contas de produção e exploração e por outro lado as matrizes de operações (MATOPE).

Neste quadro se incorporam níveis de verificação de coerência. Na coluna AY se compara os valores dos elementos dos sectores institucionais com as

³ As contas financeiras não forma desenvolvidas no ano base devido a escases de informação e dificuldades de processamento dos dados básicos.

variáveis do QRE, para confirmar mais uma vez sua igualdade.

A coluna AZ, tem por finalidade verificar a existência de discrepância estatística entre a soma dos fluxos registados nas colunas de recursos frente a os valores totais registados como empregos, os valores que resultam são as discrepâncias estatísticas intersectoriais, por cada operação. Estas discrepâncias se resumem no valor da discrepância da Capacidade (Necessidade) de Financiamento do Total da Economia e o Resto do Mundo. Consequentemente a grandeza dos valores amostra o tamanho das discrepâncias das operações de QUEM a QUEM.

Na parte inferior depois dos registos que correspondem ao desenvolvimento das contas, por cada sector institucional se inclui registo das discrepâncias internas de cada sector. No caso particular das Contas Nacionais de Moçambique, os dados muito resumidos da informação contabilística de alguns sectores, entre eles o sector não financeiro, Governo, famílias e Resto do Mundo não permitem a reconciliação das operações correntes e financeiras.

Finalmente, O esquema do QEI inclui indicadores de análise qualitativa por cada sector institucional para a análise comparativa dos resultados sectoriais e com referência ao total da economia

AS MATRIZES DE OPERAÇÕES (MATOPE)

Se elaboram matrizes de operações para as transacções da lista. Algumas são operações agregadas de outras similares que nos registos fonte aparecem de maneira agregada e portanto não é possível realizar a desagregação o qual determina também que a publicação da informação seja feita também a esses níveis de agregação.

CODIGO	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO
D41	JUROS
D.421	DIVIDENDOS
D.44	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE ATRIBUIDOS AOS DETENTORES DE APÓLICES DE SEGUROS
D.51	IMPOSTOS CORRENTES SOBRE O RENDIMENTO, PATRIMONIO, ETC.
D.611, D.621, D.622 Y D.624	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PRESTAÇÕES
D.71	PREMIOS LÍQUIDOS DE SEGURO NÃO VIDA
D.72	INDEMNIZAÇÕES DE SEGURO NÃO VIDA
D.73, D.74, D.75	TRANSFERENCIAS CORRENTES
D.9	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL

Os dados primários de referência por sector institucional para o MATOPE são fornecidos pelo QEI, Total Pagamentos (por cada sector institucional) linha e Total de Recebimentos na coluna, e nas células interiores os dados de QUEM a QUEM (Q-Q). A soma dos valores das células Q-Q devem ser iguais aos totais das colunas e das linhas, as discrepâncias registam-se nas células imediatamente ao lado dos totais.

As discrepâncias das operações de distribuição se resolvem em cada uma das matrizes de operações (MATOPE) com a determinação das transacções de QUEM a QUEM. O nível de dificuldade na análise destas matrizes depende do tipo de transacção, quando o valor total dos recursos e/os empregos é determinado num só sector (impostos, contribuições a segurança social, No Governo, indemnizações, Seguro, etc.), a solução se facilita, a diferença das transacções mais complexas onde há vários sectores que participam como pagadores ou recipientes (juros, dividendos, transferências) para cuja solução precisam-se de dados directos ou indirectos adicionais.

No caso dos Juros, estes dados adicionais estão em muitos casos registados nos dados básicos dos sectores institucionais. A contabilidade dos bancos permite identificar para as suas operações o sector institucional de contrapartida, uma codificação adequada permite também a sua consolidação por operação; para o ano 1999 foi introduzido uma codificação operação-sector institucional, um resumo deste procedimento aparece nas linhas inferiores das contas dos sectores S121 e S122 os quais fornecem de dados Q-Q a Matope.

Os dados básicos da Conta Geral de Estado, também para alguns casos (juros, transferências) facilitam a determinação do sector contrapartida. Também a Balança de Pagamentos, para algumas transacções facilita a identificação do sector contrapartida.

Uma vez preenchidos os dados básicos nas células Q-Q, as discrepâncias devem resolver-se de maneira intuitiva, analisando a natureza da operação, as características próprias dos sectores envolvidos e da economia no geral. Por exemplo no caso dos juros, os pagamentos dos bancos será principalmente as famílias pelos depósitos de poupança, ao Resto do Mundo pelos empréstimos obtidos. Os juros recebidos pelos bancos comerciais serão principalmente das sociedades não financeiras pelos empréstimos concedidos e no caso do Banco de Moçambique, será recebimento das outras entidades financeiras e do Governo, pois esta instituição não tem relacionamento directo com as empresas particulares. E governo normalmente não recebe juros, também não os Sociedades não financeiras.

No caso dos dividendos pelas propriedades estes são pagos ao governo pelas empresas públicas e outras instituições donde o Governo tem participação, mas não paga; as famílias devem receber uma parte significativa considerando que eles são proprietários das unidades produtivas. Naturalmente o resto do mundo pelos lucros que as empresas sobre controle estrangeiro (S113) renitem as matrizes, estes se regista na balança de pagamentos. É muito pouco provável que o Resto do mundo envie dividendos aos residentes, desde que o investimento dos residentes no Resto do Mundo deve não ser significativa.

Os rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros, o total e fornecido pelo sector de Seguros, a distribuição nos outros sectores foram feitos em proporção aos Prémios Líquidos de seguros não vida, considerando que estes prémios geram as respectivas reservas, para isto tem de resolver-se primeiro um cálculo para esta transacção.

Os Impostos Correntes sobre o rendimento, património, etc., a unidade receptora por este conceito e só Governo, segundo os dados básicos, os sectores que participam nesta operação são as sociedades não financeiras, os outros sectores não informam participação. Se considera o total e os dados dos

informantes, se considera que a diferença é paga pelo sector S1122, Sociedades não financeiras “resto”.

Contribuições sociais e prestações, os fluxos são registados numa matriz única. As contribuições sociais (coluna para as famílias) são valores que são pagos pelas famílias ao fundo de Segurança social S134 e no Sector Governo S131 pelas famílias. Os dados das instituições que recebem o pagamento são os que aparecem nos documentos oficiais. Depois há um valor registado pelas Sociedades não financeiras publicas S111 como uma Contribuição social imputada (D.612). As prestações, onde o valor total também fornecido pelos sectores institucionais, são registadas como recursos pelas famílias.

Prémios líquidos de seguro não vida, é a operação complementar ao registo que diminui o valor do consumo intermédio, quando se calcula a produção da actividade de Seguro e se determina o custo do serviço de seguro e o valor do prémio líquido (Prémios brutos – indemnizações). O valor desta operação diminui o consumo intermédio (emprego) e simultaneamente se incrementa pelo mesmo valor os recursos para não afectar o resultado da Capacidade (necessidades) de financiamento do sector. Os valores a distribuir se calculam como proporção directa do consumo intermédio sectorial. Uma vez calculada, a diminuição no consumo intermédio tem de distribuir-se nas actividades segundo o CAE, nos quadros CTP. Simultaneamente deve ajustar-se o nível de consumo intermédio nas contas de bens e serviços, neste caso na folha que corresponde no PrdRnd.

As indemnizações do seguro não vida, é o valor complementar do prémio líquido, no total para chegar ao nível do Prémios Brutos. Neste caso o valor tem igualmente a ser distribuído entre os sectores institucionais. Na realidade, o prémio líquido e as indemnizações na tem que guardar proporção a nível das unidades económicas, pois os sinistros não tem necessariamente relação com os prémios pagos para tal eventualidade, mas no caso da elaboração das contas como não se tem dados específicos sobre esta categoria nas despesas dos sectores, se tem distribuído também em proporção ao valor do consumo intermédio.

As transferências correntes, incorporam os dados de três tipos de operações:

- D.73 Transferências correntes das administrações públicas, que regista exclusivamente as operações do Governo, com os outros sectores. No caso presente, só as transacções de transferências a outros sectores, famílias e instituições sem fins de lucro. O registo inicial da Conta Geral dos donativos (contravalores), no processo de conciliação foi reclassificado como D.74.
- D.74 Cooperação internacional corrente, regista as transferências (incluindo os donativos) do Resto do mundo, registado na Balança de Pagamentos. No ano 1999, o Governo regista um valor inferior a aquele registado pela Balança de Pagamentos. Para incorporar um valor de 1568300 milhões de meticais, deve considerar-se que o Governo está em processo de melhorar os seus registos das operações “of the budget” e não existem registos dos fluxos financeiros que permitam verificar se os registos são os que correspondem ao período o são fluxos registados com atraso.
- D.75 Transferências correntes diversas, incorpora os diversos fluxos entre

diferentes sectores. Um conceito importante é as transferências calculadas que correspondem as famílias residentes que recebem transferências em espécie das famílias não residentes (África do Sul principalmente). Os dados iniciais foram calculados a partir do IAF 1996, utilizando indicadores indirectos.

As transferências de Capital, no caso específico do país, está referido as donativos recebidos pelo país sobre o conceito de transferências unilaterais, para Investimento registadas na Balança de Pagamentos.

Para a conta de capital precisa-se também fazer uma distribuição dos valores registados nas contas de bens e serviços. Como nestas contas não há registos para as famílias, o cálculo se realiza conservando a proporção Formação de Capital/Poupança da conta de 1996. Os valores totais provenientes do EQ14399b, agregados segundo as categorias do SCN são confrontados com os dados dos sectores institucionais, e também neste caso, o saldo da distribuição é assumida pelo sector S1122.

RESULTADO FINAL NO QEI:

Como foi explicado com anterioridade, a capacidade/necessidade de financiamento do total da economia é um valor conceptualmente igual ao valor que resulta da conta do Resto do Mundo, mas com signos diferentes. A diferença em valor absoluto entre eles significa uma discrepância estatística como resultado dum processo de reconciliação incompleto.

Depois do processamento para o ano 1998, tem-se uma discrepância estatística de 2601 milhões de meticais. Parte desta discrepância deve resolver-se uma vez se incorpore os dados a nível de empresa do sector S111, onde foi verificado uma discrepância entre os dados da conta do sector e a folha CTP.

Para o ano 1999 depois dum processo exaustivo de reconciliação nas matrizes de operações as discrepâncias dos fluxos entre sectores institucionais foram resolvidos, por tanto não se observa discrepância.

Os indicadores globais obtidos a partir do QEI, ficheiro <QEI_Indicadores.xls / Resumo_Total>, amostram o comportamento anual das diferentes variáveis da economia na sua totalidade. O desenho do QEI, inclui estes indicadores para o nível de sector institucional.

Um facto importante que pode-se observar no ano 1999 é um incremento significativo no nível das remunerações dos assalariados. Este fenómeno se explica pelo incremento substantivo das remunerações pela Administração Pública (que determina um acréscimo na remuneração mínima de 27.2% e para os quadros técnicos, 36.3%). Este incremento nas remunerações influi na poupança, na propensão a poupar e na capacidade/necessidade de financiamento das famílias.

Se observa uma permanente situação deficitária da economia. Em todos os períodos os resultados são de necessidade de financiamento que tem de ser obtido do resto do mundo. Nos últimos anos este comportamento se faz mais significativo, isto coincide com o incremento da formação bruta de capital fixo que se inicia nestes anos.

2.3. A CONTA DE PRODUÇÃO POR ACTIVIDADE ECONÓMICA

O relatório da missão de Julho 2003 já referido, descreve com muito detalhe a composição e processo de agregação dos diferentes fluxos dos bens e serviços (nos itens As Contas de Bens e Serviços e As Contas das Industrias). Igualmente o conteúdo dos ficheiros Eq143iQiP que serve para a análise dos equilíbrios por produto.

Este instrumento que deve acompanhar permanentemente no análise da compilação dos fluxos de bens e serviços, não esta a ser percebidos na sua utilidade para identificar os dados distorcidos dos equilíbrios individuais.

Os índices de preços (IP) ou volume (IQ) são também indicadores. Isto é, que os índices são em alguns casos resultados dos valores calculados que provém de fontes directas ou são coeficientes que permitem o cálculo do valor. Em ambos casos, devem reflectir a relação do valor ao qual está relacionado. Mais no caso de alguns equilíbrios, há índices que nem sempre reflectem a relação dos valores, pois com frequência os valores são corrigidos directamente e os índices ficam sem correspondência com os valores, o que não é fácil determinar. Esta situação é resolvida na análise com o Eq143iQiP que utiliza directamente os valores correntes e constantes para obter os índices de quantidade e preços.

2.4. AS CONTAS DE BENS E SERVIÇOS

O ficheiro EQ143nnb com o ficheiro EQ143n-1b permitem obter os índices e variações de volume e preço das diferentes categorias do equilíbrio por produto, na tabela EQ143nniPiQ, a função desta tabela é a análise comparativa do comportamento dos produtos por origem e por destino.

Durante esta missão, pela pouca disponibilidade de tempo, foram revistos os balanços de produtos dos períodos 2000 a 2003 de maneira muito rápida, tratando de identificar só os casos extremamente distorcidos. Para isto foi implementado um tipo de identificação automática de este tipo de problemas com a função Conditional Formatting. Com esta função pode-se identificar segundo os cores, todas as variações percentuais que comparado com o total de referência são mais do duplo quando tem sinal positivo e quando é negativo.

Nas colunas da tabela, cada elemento é comparado com a variação total dos produtos e nas linhas cada célula é comparada com a Oferta Total (primeira célula da linha).

Neste caso, participaram as pessoas envolvidas directamente no produto ou actividade e a chefe do departamento. As explicações repetidas, a procura dos problemas e as suas soluções, permitiram a principalmente a Dra. Magaua ter domínio de este procedimento.

Na verificação nos ficheiros grande parte dos erros foram introduzidos pelos técnicos no momento de tentar melhorar os indicadores iniciais de fluxo dos bens e serviços.

É cansativo repetir, mas sempre será necessário, que a instabilidade na

cobertura e qualidade dos dados básicos fornecidos para elaborar as contas nacionais determina que devem se fazer cálculos adicionais o introduzir novos cálculos para completar o balanço dos produtos.

Esta situação não permite usar um procedimento único na análise e cálculo das variáveis. Quando o domínio de uso e interpretação de índices não é suficiente, a tendência a cometer erros é maior, quando estes erros não são identificados atempadamente se estendem e afectam a períodos posteriores.

Além dos índices de quantidade (volume) e preços por cada equilíbrio, em cada um deles há uma linha de indicadores especiais referidos ao comportamento do Margem de Comércio, ver Figura 2, que é um extracto dos indicadores dum equilíbrio para os anos 2001, 2002 e 2003. As duas primeiras colunas referem-se ao índice de volume e índice de preços do Margem de comércio. A penúltima, é o coeficiente da margem sobre o preço de produtor a preços constantes e a última o coeficiente de margem a preços correntes.

Para analisar estes indicadores, sobre o margem de comércio devem considerar-se que em circunstâncias normais:

- O índice de volume (IQ) da margem é aproximado ao índice da Oferta;
- O índice de preços (IP) está influenciado pelos índices de preços de produtor e comprador;
- O coeficiente de margem tanto a preços constantes (VK__ajust) como correntes (VC__ajus) não sofre mudanças significativas.

Quando os indicadores mostram valores incoerentes, por exemplo em 2001, a oferta tem um IQ de 1.084 e o margem 0.616, que contradiz o comportamento dos outros anos. A explicação imediata é que este produto teve um valor importante de importação no ano 2000 devido a uma queda na produção e no 2001 a importação diminuiu a quase 0. Por outro lado, no ano 2001 se incrementa em maior proporção o auto consumo que o 90% da produção e fica uma quantidade reduzida para o comércio.

Os coeficientes de margens variam de 1.179, a 1.258 e depois a 1.188. Para a economia Moçambicana e para um produto sensível como este (Arroz em casca) é um comportamento normal.

Mas para os coeficientes de margem a preços correntes, no ano 2003 observa-se um comportamento que precisa de explicação. Isto só com o exame dos preços de produtor e comprador.

Figura 2: Extracto duma folha de Equilíbrio por produto

DESCRICAO	IQ01ajus	IP01ajus	P01ajus	Q01ajus	VK01ajus	V01ajus
OFERTA TOTAL (p.c.)	1.084	0.962	3.896	150156	331281	585009
IQ, IP, %MgDist	0.616	1.039			1.179	0.700

DESCRICAO	IQ02ajus	IP02ajus	P02ajus	Q02ajus	VK02ajus	V02ajus
OFERTA TOTAL (p.c.)	1.119	1.141	4.478	166805	370745	746962
IQ, IP, %MgDist	1.110	1.152			1.258	0.674

DESCRICAO	IQ03ajus	IP03ajus	P03ajus	Q03ajus	VK03ajus	V03ajus
OFERTA TOTAL (p.c.)	0.997	1.240	5.553	166350	369738	923746
IQ, IP, %MgDist	1.056	1.240			1.188	1.712

Uma variável que não tem um seguimento nos períodos subsequentes refere-se a variação de existências. Tem de interiorizar-se no conhecimento básico de cada técnico, não é possível que a economia acumule existências por vários períodos, pois isto é anti económico e só sucede em circunstâncias especiais, como o carvão como exemplo. Também não pode haver uma variação negativa de existências repetitiva em períodos sucessivos. Uma variação negativa de existências significa que está-se a disponibilizar produtos que foram acumulados nos períodos anteriores, mas isto tem um limite, seja pelo aspecto financeiro ou pela característica de obsolescência ou deterioro dos produtos acumulados.

1. A CONCLUSÕES E A RECOMENDAÇÕES

Os objectivos foram concluídos na sua parte principal. A integração das contas para os anos 1998 e 1999 foi concluída, com a informação disponível o qual foi facilitado pelos trabalhos realizados previamente.

Este processo de integração das contas nacionais foi a primeira experiência neste tipo de trabalho. Esta experiência significa uma referência muito proveitosa, mas não será possível para eles realizar um trabalho similar sem assistência externa.

As contas dos sectores institucionais estão avançados para dois dos principais sectores até 2003, porém não foi elaborado para o Resto do Mundo pelos dados disponíveis apresentados num desenho diferente a 5ª versão do Manual do FMI. Para o sector não financeiro se está a trabalhar no ano 2000.

Os dados disponíveis deveriam ser utilizados para preparar-se as contas particularmente do resto do mundo, um sector chave na economia ajustando os dados como foi feito para 1999, com informação destas contas para os anos 2000-2002 será possível calcular as variáveis nacionais (Rendimento nacional, rendimento disponível, poupança e capacidade e necessidade de financiamento). As contas do sector não financeiro deve estar concluído e preparar-se as contas com os dados disponíveis para 2001 e 2002, de maneira que seja possível realizar o processo de integração para a série 1996-2002.

O persistência nos erros na elaboração dos equilíbrios por produtos e as contas nacionais em geral tem explicação na: i) falta de qualidade nos dados de base que determina que os procedimentos não possam ser utilizados de maneira padronizado, mas cada período o técnico deve resolver problemas diferentes ii) A complexidade do sistema que inclui conceitos ligados um a outro, expressados em ficheiros vinculados entre si para obter variáveis significativas, iii) Os recursos humano com insuficiente capacitação e capacidade para perceber a natureza dos diferentes fluxos. A formação universitária da maior parte dos técnicos não tiveram relação com economia ou estatística e sua integração no trabalho é lento.

Uma maneira de melhorar a coordenação e percepção dos processos nas bases de dados e contas nacionais podia formar-se equipas mistas com técnicos de estatísticas básicas e contas nacionais que façam trabalhos conjuntos em tarefas relacionadas entre si.

Os exercícios feitos na integração das contas, a adaptação das tabelas de análise para o análise do fluxo de produtos, há melhorado a capacidade dos técnicos participantes da experiência, mas não é suficiente para um controle completo da qualidade dos trabalhos ou realizar um processo de integração das. Eles ainda têm necessidade da capacidade dum consultor para o a supervisão dos trabalhos correntes, para ajudar nas etapas de agregação do PIB ou outro esquema de agregação macroeconomia como esta como este processo de integração.

É possível assumir que duas semanas adicionais de consultoria houveram feito possível obter os resultados esperados. Por esta experiência se pode assumir também que se precisa pelo menos de